



Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Relatório e Contas de 2022 da Direcção

e

Parecer do Conselho Fiscal

Nº 169/2022

Lisboa 2023

Relatório da Direcção

Dando cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão, em vigor, e de acordo com a alínea b do ponto 2 do artigo 13.º, da Subsecção II do Decreto-Lei n.º 221/14 de 14 de Novembro foi redigido o presente Relatório, o qual foi submetido ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral, em conjunto com as Contas da Direcção referentes ao ano 2022.

Este documento pretende informar todos os associados acerca do desenvolvimento de todas as actividades que aconteceram ao longo do ano 2022, nesta Instituição, mostrando também toda a situação financeira da Associação no final do mesmo ano, conforme se verifica nos vários mapas anexos a este Relatório, referentes ao Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Natureza do exercício em 31 de Dezembro de 2022.

Seguidamente apresenta-se de forma resumida, a descrição das actividades mais importantes que se registaram durante o ano de 2022.

Refúgio Aboim Ascensão (delegação de Faro)

Desenvolvimento da Actividade

O primeiro semestre do exercício de 2022 foi ainda pautado pelas medidas excepcionais derivadas da pandemia Covid-19. Decorreu com a regularidade possível, considerando a necessidade de assegurar a protecção das nossas Crianças e do Quadro de Pessoal. De todo o modo, foi mantido um elevado grau de normalidade no desenvolvimento das actividades do Refúgio Aboim Ascensão. O esforço incessante de todos permitiu que este período decorresse sem qualquer tipo de dificuldades.

No decurso do segundo semestre foram progressivamente abandonadas as restrições que se mantinham desde Março de 2020. Os diversos Departamentos desenvolveram as suas actividades da forma habitual perfeitamente enquadradas nas premissas, missão e objectivos da Emergência Infantil - “Pelo Direito ao Colo”.



1. Humana e Financeira

a. Humana

1) Crianças

Continua a revestir-se de grande complexidade a definição, organização e implementação do Projecto de Vida referente a cada Criança acolhida, em perigo.

2) Técnicos e Funcionários

Prevalece a dificuldade de harmonizar a intensidade e qualidade do trabalho de Emergência Infantil, nomeadamente no tocante ao balanceamento entre suas vidas, na Instituição e Privada, das técnicas e funcionárias.

b. Financeira

1) Cooperação com o Estado

Ao nível dos Acordos foi necessário garantir inalterado o nível de cooperação precedente, o que obrigou a uma pressão e acompanhamento ainda mais efectivos e constantes por parte do Director do Refúgio Aboim Ascensão (RAA).

2) Fundraising

O exercício de 2022 manteve-se, neste capítulo, particularmente difícil, uma vez que, na primeira metade do ano o contexto de Pandemia prevaleceu, com os eventos e visitas restringidas na sua quase totalidade. O segundo semestre foi assinalado pela retoma de alguns dos eventos, embora em quantidade e dimensão bem menos expressiva. O esforço de consolidação e/ou intensificação dos apoios existentes obrigou a uma multiplicação de contactos, pelas formas e vias possíveis, ainda mais persistentes e, necessariamente, eficazes.

Apesar deste enquadramento, continuamos a salientar o contínuo apoio manifestado pela Sociedade Civil, através dos donativos e consignação de IRS, que muito nos orgulha e responsabiliza.

2. Jurídica e Regulamentar

Quatro grandes vertentes:

M/SZ
LNB
JSL
Ked
B

- a. Direito das Crianças: acompanhamento e apoio ao Departamento de Acção Social, nomeadamente através da estreita colaboração no âmbito dos processos de promoção e protecção de menores, da instrução de processos de confiança judicial e da regularização e obtenção dos documentos de identificação das crianças.
- b. Recursos Humanos: Apoio técnico ao nível das questões laborais, que se colocam numa estrutura como a do RAA no que respeita a férias, faltas e processos disciplinares, entre outros.
- c. Gestão corrente: Apoio técnico ao nível das questões relacionadas com a gestão do património da Associação, assim como com a gestão dos processos de aquisição de novo património decorrente da atividade de mecenas e apoiantes da causa do RAA.
- d. Gestão associativa: Apoio técnico ao nível da elaboração de toda a documentação legal necessária para a prossecução da actividade do RAA.

3. Médica

Para além do quanto é do conhecimento do Ministério da Saúde e considerando a manutenção da conjuntura pandémica na primeira metade do exercício, num enquadramento tão específico como é o do acolhimento de Crianças de muito baixa idade, com todos os seus antecedentes pessoais e familiares e ainda as patologias que tantas vezes lhes estão associadas, originou dificuldades acrescidas na área médica. De todo o modo, e mantendo a protecção total das nossas Crianças, foi possível o continuado apoio médico especializado, em todas as vertentes, mantendo-se as deslocações necessárias e com a frequência adequada a consultas nas mais diversas especialidades, quer na região do Algarve, quer fora dela. Os cuidados continuados de saúde são uma realidade, uma vez que se encontram no RAA dezassete (17) crianças especiais, com as mais diversas patologias.

O apoio do Mecenato ao nível Médico manteve-se inalterado durante todo o ano de 2022.

4. Psicológica e Psicoterapêutica

Continuou intensa a avaliação psicodiagnóstica e a intervenção psicoterapêutica ao longo de 2022. A tipologia das crianças acolhidas requer esforços suplementares nesta actividade. Apesar dos condicionalismos relacionados com a Pandemia mais ou menos restritivos, ao nível dos Tribunais, foi possível manter o correlato jurídico das decisões em Tribunal e que continua a constituir forte estímulo na consolidação do Modelo Emergência Infantil, criado pelo RAA em

JSL
LJ
LJ
LJ

1986. De relevar neste domínio a eficácia da interacção das Psicólogas Clínicas com as Educadoras de Infância, Fisioterapeuta, T. Ocupacionais, T. Fala e Médica.

De importância é também o apoio e acompanhamento de 18 (dezoito) crianças que frequentaram a Escola Pública a par do trabalho diário de intervenção nas várias salas de Educação Pré-primária (3-6) e Ante Pré-primária (0-3) com a maioria das crianças.

5. Social

No ano de 2022 foram integradas nas suas famílias biológicas, adoptivas, de acolhimento ou idóneas quarenta e cinco (45) Crianças.

Como do antecedente demos continuidade, e com os meios disponíveis:

- Aos acompanhamentos das famílias das crianças acolhidas, em articulação com as Entidade que solicitaram o acolhimento (Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais);
- Aos contactos e envio de informação para a Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais referente às crianças acolhidas e suas famílias;
- À participação nos Tribunais em Audiências e Debates Judiciais;
- Ao envio de relatórios de caracterização das crianças em situação de adoptabilidade para a Segurança Social, com vista à selecção dos candidatos com o perfil mais adequado às crianças;
- Ao acompanhamento de dezassete (17) crianças no período de vinculação observada para a adopção, família de acolhimento ou família idónea;

6. Pedagógica

a. Integração da Criança em sala lúdico-pedagógica adequada à sua idade/ desenvolvimento, quer em equipamentos internos, ou inserida nos equipamentos da Comunidade.

- 0-3 anos – Ante pré-escolar;
- 3-5 anos – Pré-primária;
- A partir dos 6 anos – Ensino básico (1.º ciclo) – Frequentaram 5 Crianças
- Ensino Básico (2ºciclo) – Frequentaram 3 Crianças

Prosseguiu-se com o trabalho de intervenção precoce, visando estimular as capacidades globais de cada criança, proporcionando o seu desenvolvimento equilibrado e harmonioso, através da

LIB
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

implementação de actividades lúdicas, pedagógicas, culturais e sociais. Quer durante o ano lectivo, em contexto de sala de Educação de Infância, quer durante o Verão, época balnear, e apesar de todas as condicionantes largamente conhecidas derivadas da Covid-19 (no primeiro semestre de 2022), foram desenvolvidas actividades para que as crianças pudessem ter usufruído de novas experiências e/ou realidades e contextos diversificados. No que foi possível, e tendo em conta a prevalência de uma componente médico-sanitária que envolva Crianças e Funcionárias, mantivemos a relação com o exterior e toda a envolvente, intensificada no segundo semestre do ano.

b. Foi dada continuidade à colaboração com Escolas, Institutos e Universidades, quer a nível Nacional, quer Internacional, preferencialmente à distância, com a utilização dos meios informáticos disponíveis

c. Foi dada continuidade à nossa presença e/ou participação activa em Seminários, Conferências e/ou Encontros, de âmbito Nacional e Europeu, através das plataformas informáticas disponíveis e, presencialmente, sempre que se considerou adequado e seguro.

7. Voluntariado

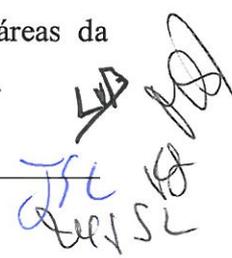
A Actividade de Voluntariado durante o ano lectivo decorre ao fim-de-semana, ou em períodos em que haja necessidade, no Verão, tanto na Instituição como na Colónia, organiza-se por quinzenas.

Prévio ao início do Voluntariado é realizada uma acção de formação e efectuada reunião para explicar aos voluntários todos os procedimentos inerentes à actividade. Posteriormente segue-se visita com o grupo de voluntários, com o objectivo de mostrar as instalações, dar a conhecer o trabalho desenvolvido na Instituição, de apresentar os voluntários aos funcionários e efectivar-se o acolhimento dos mesmos no ambiente Institucional.

No ano de 2022 ainda como consequência da Pandemia, a actividade de voluntariado esteve condicionada, no entanto, durante o ano lectivo beneficiámos, de forma periódica, da colaboração de um Voluntário na área da expressão dramática e musical.

Para além deste Voluntariado habitualmente, também, decorrem outras actividades pontuais e, a titulo voluntário, dinamizadas/realizadas, durante o ano, tais como: peças de teatro, actividades de expressão plástica, ateliers diversificados, actividades desportivas, dinamização/contagem de Histórias, entre outras. Estas actividades foram retomando a bom ritmo.

O apoio Voluntário, externo, na área da Medicina, de Médicos especialistas nas áreas da Dermatologia, Oftalmologia e Estomatologia, continuou a decorrer, como habitualmente.



8. Visitas/Eventos

Janeiro

12 - Visita do CDS/PP- Partido Popular, no âmbito das Eleições Legislativas.

22 - Visita da Deputada do PCP- Partido Comunista Português, no Parlamento Europeu, Dr.^a Sandra Pereira, no âmbito do trabalho parlamentar, com o objectivo de conhecer a actividade da Instituição.

Abril

19 - VIII Gala Charity Golf Extravaganza, realizada no restaurante Bovino Steakhouse, da Quinta do Lago. Evento realizado por grupo de amigos Britânicos, com o objectivo de apoiar o Refúgio Aboim Ascensão. Grupo este liderado por Rosie Sunderland e Deirdre Kelly.

22 a 25 - O Clube Vespa Vintage de Felgueiras apresentou a Mítica E.N. 2 Chaves- Faro. Um dos objectivos deste percurso foi a entrega de donativo ao Refúgio Aboim Ascensão, uma vez que parte da Inscrição no evento reverteu para a Instituição. Entrega que ocorreu no dia 25, no âmbito da 4.^a Etapa.

Maiο

31 - Visita do Super Intendente e Comandante Dário Prates, do Comando Distrital de Faro, da PSP do Algarve.

Junho

01 - Almoço protocolar com Dr. Fernando Mota Cardoso, Presidente da Direcção da Fundação BP, no Hotel Faro, no âmbito da parceria que existe há mais de uma década com a Instituição.

25 - “ The Sir Bobby Robson Celebrity Golf Classic XVII” – Gala Dinner - The Portuguese Years. In aid of Refúgio Aboim Ascensão. Realizado no Hotel Pestana da Vila Sol e no seu Club de Golf.

Outubro

03 - Visita de Kim Robson, esposa de Mark Robson (filho do falecido Sir Bobby Robson, Treinador de Futebol Britânico). Família Benemérita da Instituição.

Novembro

08 - Entrega de donativo ao Refúgio Aboim Ascensão no âmbito do 4.º Aniversário do CNN – Clube dos Networkers Notáveis. Foi um dia de reconhecimentos e distinções de quem acompanha este Clube.

Dezembro

08 - Cerimónia de Abertura das 3.000 Lâmpadas. Este ano presidiu à Cerimónia, Dr. José Apolinário, Presidente da CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região do Algarve. Esteve, também, presente o Deputado do PS na Assembleia da República, Dr. Jorge Botelho e a Dra. Margarida Flores, Directora do Centro Distrital de Faro, entre outras entidades (Directores e demais responsáveis Regionais de Organismos do Governo, como Comandantes das Forças de Ordem e Protecção e Segurança na Região Algarvia) e personalidades que apoiam o Refúgio e suas Crianças em Risco. Estiveram, também, presentes Mecenas e membros da Comunidade. As Lâmpadas de Natal estiveram ligadas até ao dia dos Reis, uma tradição que se cumpre todos os anos durante esta época.

17 - Desfile tradicional dos Pais Natal Motards, organizado pelo Moto Clube de Faro. O desfile tem um cariz solidário, com passagem obrigatória em algumas instituições, como é o caso do Refúgio Aboim Ascensão, onde normalmente são oferecidas prendas às crianças carenciadas. Marcaram presença com paragem na rua Aboim Ascensão, mesmo em frente à Instituição, e fizeram as delícias das crianças que estiveram a assistir, juntamente com as Educadoras e Funcionárias da Instituição.

9. Mecenato

A Direcção de ABRAA, quer aqui expressar os mais sinceros agradecimentos, a todos quantos procuram ajudar com a sua contribuição no sentido de procurar aumentar a eficácia da acção que esta Associação tem vindo a desenvolver respeitante ao bem-estar de todas as crianças que têm vindo a beneficiar deste auxílio. Queremos salientar aqui, entre outros, os nomes de alguns patrocinadores efectivos, como a seguir se descreve:

- Brian and Rosie Sunderland – Reach for Refúgio
- Sir Bobby Robson Golf Classic
- Ryanair
- Altice / Pontos MEO

- BP Portugal
- Association A.M.O.R.
- Associação Comunidade Portuguesa de Thun
- Auto Rent
- Maria Graciete Fernandes Teixeira
- Álvaro Alvarez Almodovar
- Laboratórios Sarbec

Património da Associação

Colónia Balnear da Ilha de Faro

As crianças do RAA continuam a utilizar Colónia Balnear nos meses de Junho a Setembro. As excepcionais condições ambientais e de localização da Ilha de Faro permitem que as crianças, com idade superior a 3 anos, passem os meses estivais com os colaboradores do RAA.

Como todos os anos, realizaram-se obras de melhoramento e de manutenção na Colónia Balnear, nomeadamente, na zona frequentada pelas crianças do Refúgio durante o verão. Continua em aberto a possibilidade de parcerias com entidades públicas ou privadas para a partilha de utilização da Colónia.

Horta do Canto

- **Arrendamento**

Continua arrendada a parcela urbana deste imóvel, artigo matricial U-4633.

- **Cedência gratuita de terreno**

A Direcção continua a autorizar a utilização do terreno sob o art.º 31 Secção H para pastoreio, mantendo-se o acordo de cessão gratuita entre as partes.

Imóvel Rua Ascensão Guimarães 1, Faro - Casa de Fresco

Terminaram as obras de recuperação e restauro e foram executados e entregues na Câmara Municipal de Faro os projectos de arranjos do espaço exterior envolvente à Casa de Fresco da Antiga Quinta do Cercado e conseqüente pedido de licenciamento.

Foi lançada nova consulta à execução do projecto de arranjos exteriores e especialidades, face aos valores elevados da primeira consulta. Foi adjudicada a proposta da LOFF LANDSCAPE OFFICE, Lda, empresa que tinha sido indicada pela CPU Consultores.

Assembleias Gerais

Em 2022 realizaram-se três Assembleias Gerais, as quais ocorreram nas seguintes datas:

- Assembleia Ordinária realizada a 31 de Março de 2022, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção do ano 2021.
- Assembleia Ordinária realizada a 16 de Novembro de 2022, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2023; Apreciação do Parecer emitido pelo Conselho Fiscal sobre o Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2022; Votação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2022; Alteração aos Estatutos em conformidade com o ofício do Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, recebido a 03 de Agosto de 2022, “com os seguintes aperfeiçoamentos: *Artigo 11.º n.º 3 – A mesa não pode funcionar com dois membros (um efectivo e um designado), devendo este artigo ser alterado em conformidade com o que dispõe o artigo 61.º-A, n.º 1 do EIPSS; Artigo 13.º n.º 2 alínea c) – Deve completar com o parecer do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no Artigo 59.º-A alínea c) do EIPSS; Artigo 17.º al. f) – Especificar que as reuniões da Direcção referenciadas na alínea em apreço são as para as quais os membros do Conselho fiscal sejam convocados pelo presidente da Direcção, nos termos do previsto na alínea d) do artigo.*
- Assembleia Extraordinária realizada a 16 de Novembro de 2022, cuja ordem de trabalhos foi: Ratificação da decisão da Direcção de aceitação do legado deixado por óbito da Senhora D. Gracinda Silvestre de David; Deliberar sobre a venda da fracção autónoma designada pela letra “F” do prédio urbano, constituído em regime de propriedade horizontal, descrito na Conservatória do Registo Predial de Loulé sob o n.º 2988, freguesia de Almancil e inscrito na matriz sob o artigo 4678.º, adquirido pela Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão; Compra de imóvel, em Faro, com a receita da venda do imóvel descrito no ponto anterior.

Massa associativa

Em 2022 desistiu um associado.

Contas da Direcção

O ano de 2022 teve início num contexto de esperança de recuperação, após quase dois anos vividos em pandemia – Covid 19. No entanto, o que se verificou efectivamente foi a manutenção da situação pandémica (pelo menos no primeiro semestre), acrescentando o início da Guerra na Ucrânia e a decorrente escalada da inflação (7,8% Inflação total, 12,2% nos produtos alimentares). Assim, o exercício de 2022 foi pautado pela incerteza e dificuldades resultantes de uma conjuntura desfavorável.

Apesar do enquadramento marcadamente adverso, ao nível dos Rendimentos, mantiveram-se todos os protocolos estabelecidos com o Estado nas condições existentes e com o incremento decorrente do Compromisso de cooperação para o sector social e solidário assim como a receita relacionada com a consignação de 0,5% do IRS.

Não obstante a redução nos donativos em espécie em cerca de 15%, o considerável incremento dos donativos monetários foram originados na retoma da realização de alguns eventos, da operação aérea da Ryanair e do recebimento de testamento.

No que se refere aos Gastos, e pese embora os níveis de inflação amplamente conhecidos e o incremento do salário mínimo nacional, registaram-se aumentos pouco significativos em rubricas como Gastos com o pessoal e Géneros alimentares e redução nos Produtos de Higiene e Limpeza e nos Fornecimentos e Serviços Externos. No global, houve uma redução dos Gastos totais.

A Direcção da ABRAA apreciou e acompanhou com cuidado e atenção os elementos disponibilizados pelo Técnico Oficial de Contas, tendo a referir que o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, se saldou com um resultado positivo de € 791.094,05.

Continua, como já era um facto em exercícios anteriores, a fazer parte da realidade do acolhimento temporário e precoce - Emergência Infantil – de Crianças na faixa etária 3-4 anos e 6 ou mais anos, a necessidade de se edificar e dispor de um espaço mais adequado ao

crescimento e desenvolvimento daquelas Crianças, em matéria de cubiculização e/ou confinamento.

Lisboa, 01 de Março de 2023

A Direcção

Prof. Doutora Maria da Conceição Pizarro de Sande e Lemos da Cunha e Sá



Dr. Rodrigo Salema de Sande e Lemos



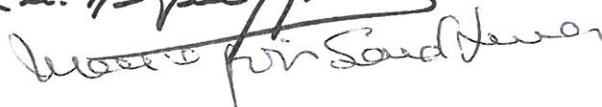
Prof. Doutor José Pizarro de Sande e Lemos



Cor. Dr. Luís Gonzaga Coelho Vilas-Boas Marques



D. Maria João Pereira Cabral Salema de Sande e Lemos





ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO
Instituição Particular de Solidariedade Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Associados,

1. Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar o relatório e parecer sobre as contas e Relatório de Gestão apresentados pela Direção da ASSOCIAÇÃO DA BENEFICÊNCIA E REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que evidenciam um resultado líquido positivo de 791.094 euros.
2. Acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Associação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, com base na informação contabilística. No âmbito das consequências legalmente estabelecidas considerámos convenientes para o desempenho das nossas funções.
3. No final do exercício analisámos o Relatório de Gestão, apresentado pela Direção tendo concluído que está elaborado em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
4. Verificámos igualmente as contas que nos foram submetidas para emissão de parecer, as quais estão em conformidade com os princípios contabilísticos. Apreciamos também a Certificação Legal de Contas, que merece toda a nossa concordância.
5. Como resultado das ações de fiscalização exercidas, somos da opinião que as contas apresentadas, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e correspondente Anexo, refletem a situação económica e financeira da Associação à data que se reportam.
6. Nestas condições somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:
 - o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
 - a proposta de aplicação dos Resultados apresentados pela Direção.

Lisboa, 15 de março de 2023

J Bastos

Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos

António Luis Isidro de Pinho
Dr. António Luis Isidro de Pinho

Teresa Paula Simões Faria Barroqueiro
Dra. Teresa Paula Simões Faria Barroqueiro



Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Fundada em 1907

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Índice	2
Balanço em 31 de dezembro de 2022	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Período findo em 31 de dezembro de 2022	4
Demonstração de Fluxos de Caixa	5
Período findo em 31 de dezembro de 2022	5
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2022 e período 2021	6
Anexo	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	7
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	16
5. Ativos Fixos Tangíveis	16
6. Propriedades de investimento	17
7. Ativos Intangíveis	17
8. Inventários	18
9. Rédito	18
10. Subsídios, doações e legados à exploração	19
11. Instrumentos financeiros	19
11.1. Investimentos financeiros	19
11.2. Estado e Outros Entes Públicos	19
11.3. Créditos a receber	20
11.4. Caixa e Depósitos Bancários	20
11.5. Fornecedores	21
11.6. Outros passivos correntes	21
12. Benefícios dos empregados	21
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
14. Outras Informações	22
14.1. Diferimentos	22
14.2. Fundos Patrimoniais	23
14.3. Fornecimentos e serviços externos	24
14.4. Outros rendimentos	25
14.5. Outros gastos	25
14.6. Acontecimentos após data de Balanço	25

Balanço em 31 de dezembro de 2022

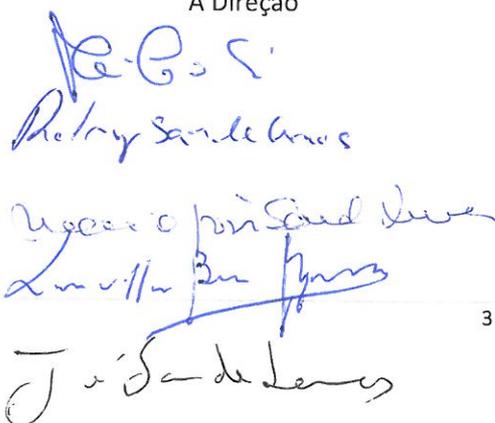
Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 573 002,63	1 620 203,32
Investimentos financeiros	11.1	9 491,79	7 948,68
	Subtotal	1 582 494,42	1 628 152,00
Ativo corrente			
Inventários	8	223 603,80	212 138,65
Clientes	11.3	20 800,00	-
Créditos a receber	11.3	66 595,07	60 640,90
Estado e outros Entes Públicos	11.2	3 157,92	2 888,86
Diferimentos	14.1	27 101,69	33 630,96
Caixa e depósitos bancários	11.4	4 267 138,08	3 385 274,44
	Subtotal	4 608 396,56	3 694 573,81
Total do Ativo		6 190 890,98	5 322 725,81
Fundos patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.2	122 199,75	122 199,75
Reservas	14.2	287 432,29	287 432,29
Resultados transitados	14.2	3 742 553,82	3 742 514,57
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.2	834 859,85	836 688,68
Resultado Líquido do período		791 094,05	39,25
Total dos Fundos Patrimoniais		5 778 139,76	4 988 874,54
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	46 319,97	46 505,04
Estado e outros Entes Públicos	11.2	45 839,86	42 785,92
Diferimentos	14.1	83 529,72	19 980,44
Outros passivos correntes	11.6	237 061,67	224 579,87
	Subtotal	412 751,22	333 851,27
Total do Passivo		412 751,22	333 851,27
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		6 190 890,98	5 322 725,81

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção



Demonstração dos Resultados por Naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	70,00	160,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 977 170,93	1 920 192,40
Custo das mercad. vendidas e das mat.s consumidas	8	(227 546,14)	(225 163,88)
Fornecimentos e serviços externos	14.3	(436 281,68)	(459 028,21)
Gastos com o pessoal	12	(1 811 429,05)	(1 793 409,83)
Outros rendimentos	14.4	1 395 018,65	680 022,33
Outros gastos	14.5	(15 922,26)	(22 562,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		881 080,45	100 210,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	(89 986,40)	(100 170,96)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		791 094,05	39,25
Resultados antes de impostos		791 094,05	39,25
Resultado líquido do período		791 094,05	39,25

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção

R. G. S.
 Róly Sanclerinos

Recebo por Recebimento
João Sanclerinos
 4

Demonstração de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2022

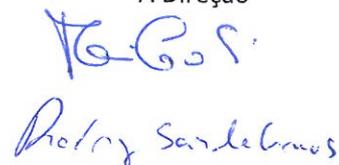
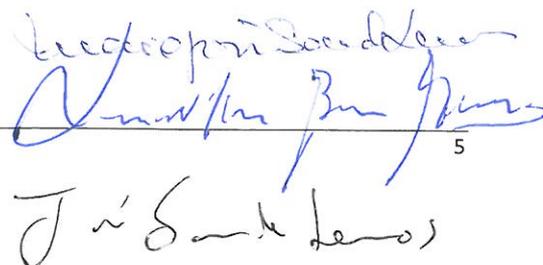
Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Pagamento a fornecedores		(571 751,17)	(598 025,89)
Pagamentos ao pessoal		(1 300 470,54)	(1 306 813,90)
Caixa gerada pelas operações		(1 872 221,71)	(1 904 839,79)
Outros recebimentos/pagamentos		(552 426,42)	(518 180,27)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2 424 648,13)	(2 423 020,06)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(44 169,36)	(17 526,89)
Investimentos financeiros			-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		6 451,86	
Investimentos financeiros		86 917,63	71 116,26
Juros e rendimentos similares		664,37	276,54
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		49 864,50	53 865,91
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		937 347,10	179 999,48
Outras operações de financiamento		2 319 300,17	2 215 316,98
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		3 256 647,27	2 395 316,46
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		881 863,64	26 162,31
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 385 274,44	3 359 112,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	4 267 138,08	3 385 274,44

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção

Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2022 e período 2021

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2021	1	122 199,75	287 432,29	3 764 563,50	841 500,27	(22 048,93)	4 993 646,88	4 993 646,88
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(22 048,93)	(4 811,59)	22 048,93	(4 811,59)	(4 811,59)
	2	-	-	(22 048,93)	(4 811,59)	22 048,93	(4 811,59)	(4 811,59)
Resultado Líquido do Período	3					39,25	39,25	39,25
Resultado Integral	4=2+3					22 088,18	(4 772,34)	(4 772,34)
Operações com Instituidores no Período								
	5	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do ano 2021	6=1+2+3+4	122 199,75	287 432,29	3 742 514,57	836 688,68	39,25	4 988 874,54	4 988 874,54

Montantes expressos em Euros

0

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2022

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2022	6	122 199,75	287 432,29	3 742 514,57	836 688,68	39,25	4 988 874,54	4 988 874,54
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				39,25	(1 828,83)	(39,25)	(1 828,83)	(1 828,83)
	7	-	-	39,25	(1 828,83)	(39,25)	(1 828,83)	(1 828,83)
Resultado Líquido do Período	8					791 094,05	791 094,05	791 094,05
Resultado Integral	9=7+8					791 054,80	789 265,22	789 265,22
Operações com Instituidores no Período								
	10	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do ano 2022	6+7+8+10	122 199,75	287 432,29	3 742 553,82	834 859,85	791 094,05	5 778 139,76	5 778 139,76

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado

A Direção

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão (doravante apenas designada por Associação), com sede Largo do Museu da Artilharia, n.º 2, em Lisboa, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1907, que tem como atividade principal o apoio a crianças e jovens e às respetivas famílias.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

1

JSL
FCS
LCP
MSS

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 11.6) e “Diferimentos” (Nota 14.1)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Associação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Associação. Procedendo-se a

2

JSC

LUB 10
JSC

MS

alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Associação a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Associação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

A

JSL

LUB
17/11

3.2.2. Propriedades de Investimento

Os ativos detidos pela Associação nesta rubrica correspondem a edifícios e outras construções detidos para obter rendimento, nomeadamente através do arrendamento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços e também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são mensuradas inicialmente pelo mesmo método que os “*Ativos Fixos Tangíveis*”, sejam estas adquiridas pela Associação, sejam doadas a título gratuito a esta. Para mensuração subsequente, a Associação adotou o Modelo do Custo, onde os itens encontram-se mensurados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em curso*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta e em conformidade com um período de vida útil estimado entre 10 e 50 anos.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Conforme disposto do ponto 7.5 do Aviso 8259/2015 de 29 de julho as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas em 2016 como ativo fixos tangíveis.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros são registados no momento do recebimento.

Clientes, utentes e outros créditos a receber

Os “*Clientes e utentes*” e os “*Outros créditos a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Associação avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. A partir do momento em que deixam de estar em imparidade é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos pela forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Associação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

3.2.7. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

As quotas estão a ser reconhecidas numa base de caixa, dado o valor anual da quota e o número de associados em dívida serem reduzidos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.8. Provisões

Periodicamente a Associação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Associação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

JSC
L13
11/12
10/12

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Associação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Associação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*”

Desta forma, toda a atividade da Associação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de refeição, abono para falhas, subsídio de férias, subsídio de Natal e outras retribuições que eventualmente possam ser designadas pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que os serviços foram prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. Desta forma, a responsabilidade com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais, a liquidar no exercício económico seguinte, encontram-se espelhadas num passivo (Nota 12).

3.2.12. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Associação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/ recebimentos das transações, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos, ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/ transações.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas ou estimativas contabilísticas, nem foram detetados quaisquer erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2022 e 2021, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo.

31 de dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições/Doações Depreciações	Alienações / Cedências	Saldo em 31-Dez-2022
Custo				
Terrenos e recursos naturais	458 689,21			458 689,21
Edifícios e outras construções	2 046 989,44			2 046 989,44
Equipamento básico	514 027,53	3 963,65		517 991,18
Equipamento de transporte	568 094,81	22 750,52	(19 886,39)	570 958,94
Equipamento administrativo	351 977,96	8 341,18	(5 327,08)	354 992,06
Outros Ativos fixos tangíveis	205 555,43	8 037,40		213 592,83
Total	4 145 334,38	43 092,75	(25 213,47)	4 163 213,66
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(963 769,87)	(37 872,12)		(1 001 641,99)
Equipamento básico	(484 659,35)	(11 756,17)		(496 415,52)
Equipamento de transporte	(535 734,69)	(30 915,76)	19 886,39	(546 764,06)
Equipamento administrativo	(340 061,72)	(8 431,80)	5 020,04	(343 473,48)
Outros Ativos fixos tangíveis	(200 905,43)	(1 010,55)		(201 915,98)
Total	(2 525 131,06)	(89 986,40)	24 906,43	(2 590 211,03)
Total Líquido	1 620 203,32	(46 893,65)	(307,04)	1 573 002,63

31 de dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Depreciações	Alienações / Transferências	Saldo em 31-Dez-2021
Custo				
Terrenos e recursos naturais	458 689,21			458 689,21
Edifícios e outras construções	1 899 461,25	11 571,23	135 956,96	2 046 989,44
Equipamento básico	508 351,09	4 639,44	1 037,00	514 027,53
Equipamento de transporte	568 094,81			568 094,81
Equipamento administrativo	358 185,95	1 500,22	(7 708,21)	351 977,96
Outros Ativos fixos tangíveis	205 555,43	-		205 555,43
Obras em curso	135 956,96	(135 956,96)		-
Total	4 134 294,70	(118 246,07)	129 285,75	4 145 334,38
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(926 143,62)	(42 611,05)	4 984,80	(963 769,87)
Equipamento básico	(472 932,90)	(13 842,29)	2 115,84	(484 659,35)
Equipamento de transporte	(497 287,99)	(38 446,70)		(535 734,69)
Equipamento administrativo	(335 497,74)	(8 952,43)	4 388,45	(340 061,72)
Outros Ativos fixos tangíveis	(199 602,13)	(1 303,30)		(200 905,43)
Total	(2 431 464,38)	(105 155,77)	11 489,09	(2 525 131,06)
Total Líquido	1 702 830,32	(223 401,84)	140 774,84	1 620 203,32

Em 2021 o valor transferido em "obras em curso" para rubrica "edifícios" resulta da conclusão das obras do Torreão.

6. Propriedades de investimento

A Associação dispõe de investimentos em edifícios que se encontram arrendados a terceiros. O valor escriturado dos investimentos e respetivas depreciações estão registados como ativos fixos tangíveis (nota 3.2.2).

7. Ativos Intangíveis

O quadro abaixo resume os movimentos corridos nesta rubrica no exercício de 2022 e 2021:

	Saldo em 01-Jan-2022	Saldo em 31-Dez-2022
Custo		
Programas de Computador	11 409,94	11 747,94
Total	11 409,94	11 409,94
Depreciações acumuladas		
Programas de Computador	(11 409,94)	(11 409,94)
Total	(11 409,94)	(11 409,94)
Total Líquido	-	-

	Saldo em 01-Jan-2021	Saldo em 31-Dez-2021
Custo		
Programas de Computador	11 747,94	11 747,94
Total	11 747,94	11 409,94
Depreciações acumuladas		
Programas de Computador	(11 747,94)	(11 409,94)
Total	(11 747,94)	(11 409,94)
Total Líquido	-	-

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

31 de dezembro de 2022

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Vendida	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	212 138,65	189 842,83	49 168,46	(227 546,14)	223 603,80
Total	212 138,65	189 842,83	49 168,46	(227 546,14)	223 603,80

31 de dezembro de 2021

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Vendida	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	188 647,38	188 359,10	60 296,05	(225 163,88)	212 138,65
Total	188 647,38	188 359,10	60 296,05	(225 163,88)	212 138,65

9. Rédito

Durante os exercícios de 2022 e 2021 os réditos obtidos provêm na sua totalidade de quotizações dos associados.

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços:		
Quotas dos utilizadores	70,00	160,00
Total	70,00	160,00

10. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Associação tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos”:

Descrição	2022	2021
Subsídios:		
Centro regional da Segurança Social	1 629 837,43	1 572 808,40
Autarquias	200,00	250,00
Ministérios	347 133,50	347 134,00
Total	1 977 170,93	1 920 192,40

A variação positiva das participações da segurança social são decorrentes do compromisso de cooperação para a o setor social e solidário.

11. Instrumentos financeiros

A Associação, nos exercícios de 2022 e 2021, teve as rubricas de ativos e passivos financeiros indicados nos subpontos seguintes.

11.1. Investimentos financeiros

A Associação dispõe dos seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2022	2021
Outros Investimentos financeiros:		
Títulos da dívida pública	255,36	255,36
Fundo de Compensação do Trabalho	9 236,43	7 693,32
Total	9 491,79	7 948,68

11.2. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 157,92	2 888,86
Total	3 157,92	2 888,86
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	13 332,35	12 344,90
Segurança Social	32 239,41	30 134,08
FCT e FGCT	268,10	306,94
Total	45 839,86	42 785,92

Os valores registados em passivo foram pagos em janeiro de 2023.

11.3. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Cientes	20 800,00	
	20 800,00	
Ocréditos a receber		
Adiantamentos ao pessoal	2 554,40	2 200,00
Adiantamentos a Fornecedores gerais	24,75	419,94
Adiantamento de Fornecedores de investimentos	18 247,05	
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Receitas diferidas	8 121,73	1 144,97
Outros Devedores	37 647,14	56 875,99
Total	66 595,07	60 640,90

O montante em adiantamentos a fornecedores de imobilizado refere-se ao adiantamento à empresa “Entrepasto Almotor” para aquisição de viatura.

11.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	8 320,79	5 863,09
Depósitos à ordem	1 008 817,29	357 411,35
Depósitos a prazo	3 250 000,00	3 022 000,00
Total	4 267 138,08	3 385 274,44

11.5. Fornecedores

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2022 de 46.319,97 euros (46.505,04 euros em 2021) referem-se a faturas em dívida a entidades prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens essenciais ao funcionamento da Associação, na sua maioria com maturidade inferior a 30 dias.

11.6. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Pessoal:		
Remunerações a pagar	920,74	184,12
Fornecedores de Investimentos	11 546,63	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	208 030,59	209 366,44
Outros acréscimos de gastos	11 192,60	9 217,59
Outros credores	5 371,11	5 811,72
Total	237 061,67	224 579,87

12. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 2021 e 2022 foi de "88" e "86", respetivamente. O número de membros dos órgãos sociais, direção e conselho fiscal, foram de 8, sendo remunerado o presidente do conselho fiscal sob a forma de prestação de serviços.

Os gastos que a Associação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	1 464 277,59	1 453 723,52
Indemnizações	235,00	3 092,10
Encargos sobre as Remunerações	292 500,23	290 874,02
Seg. Ac. Trabalho e Doenças Profissionais	15 424,12	13 849,32
Outros Gastos com o Pessoal	38 992,11	31 870,87
Total	1 811 429,05	1 793 409,83

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

A Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão é parte numa ação judicial com o Instituto da Segurança Social, I.P. e está em fase de recurso para o Tribunal Central Administrativo do Sul.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas informações de cada rubrica relevante do Balanço e Demonstração de Resultados que ainda não tenha sido alvo de divulgação, conforme notas seguintes.

14.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Gastos diversos a reconhecer	27 101,69	33 630,96
Total	27 101,69	33 630,96
Rendimentos a reconhecer		
Rendas de imóveis	3 379,40	3 368,04
Comparticipação CDSS 2023	67 879,90	-
Outros rendimentos a reconhecer	12 270,42	16 612,40
Total	83 529,72	19 980,44

Os "Gastos diversos a reconhecer" são relativos a diferimentos de gastos diversos (seguros/condomínios/quotas/medicina do trabalho) e reconhecimento do combustível da BP, que à medida que é consumido é reconhecido em simultâneo como rendimento de donativo em espécie.

14.2. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

31 de dezembro de 2022

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	3 742 514,57	-	-	39,25	3 742 553,82
O. variações fundos patrimor	836 688,68	-	(1 828,83)	-	834 859,85
Resultado do Exercício	39,25	791 094,05	-	(39,25)	791 094,05
Total	4 988 874,54	791 094,05	(1 828,83)	-	5 778 139,76

31 de dezembro de 2021

Descrição	Saldo em 01-12-2021	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-12-2021
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	3 764 563,50	-	-	(22 048,93)	3 742 514,57
O. variações fundos patrimor	841 500,27	184,00	(4 995,59)	-	836 688,68
Resultado do Exercício	(22 048,93)	39,25	-	22 048,93	39,25
Total	4 993 646,88	223,25	(4 995,59)	-	4 988 874,54

JSC
L.B.
A.R.
A.M.

Anualmente, da rubrica “outras variações nos fundos patrimoniais”, são transferidos para “Outros rendimentos” os valores relativos à depreciação dos ativos doados.

14.3. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Trabalhos especializados	27 905,31	23 162,65
Publicidade e propaganda	1 322,25	1 491,98
Honorários	90 391,38	91 460,00
Serviços bancários	1 710,83	1 460,97
Conservação e reparação	107 377,73	106 937,96
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	23 192,63	29 648,48
Livros e documentação técnica	-	126,67
Material de escritório	10 830,98	9 523,53
Artigos para oferta	161,27	467,64
Outros serviços	5 827,91	5 051,18
Eletricidade	30 817,13	59 130,15
Combustíveis	32 623,72	28 466,24
Água	16 724,87	15 599,24
Gás	8 224,99	7 885,22
Deslocações, estadas e transportes	5 969,23	5 852,56
Comunicação	25 917,77	23 725,50
Seguros	6 076,32	6 132,06
Contencioso e notariado	78,02	225,20
Despesas de Representação	3 512,41	3 398,01
Limpeza, higiene e conforto	6 551,48	7 893,16
Encargos de saúde com utentes (Prod. Farmacia)	16 993,37	16 892,52
Outros	14 072,08	14 497,29
Total	436 281,68	459 028,21

14.4. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares:		
Abonos	44 976,30	57 134,77
Consignação de IRS	233 209,63	233 929,41
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros:		
Alienações	6 451,86	-
Rendas de imóveis	77 839,80	71 116,26
Correções relativas a períodos anteriores	375,17	7 529,02
Depreciação de Activos Fixos Doados	6 162,83	4 995,59
Benefícios de penalidades contratuais	-	276,47
Donativos em espécie	85 262,66	100 542,95
Donativos monetários	931 380,54	196 287,04
Processos de tribunal	4 830,00	6 110,00
Juros de depósitos bancários e outras aplicações	1 387,47	483,40
Outros	3 142,39	1 617,42
Total	1 395 018,65	680 022,33

O aumento do valor da rubrica em 2022 em relação a 2021 deveu-se essencialmente ao aumento do valor recebido de donativos monetários.

14.5. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	2 821,38	4 397,39
Perdas em inventários	-	746,28
Gastos e perdas em investimentos não financeiros:		
Abates	307,04	167,82
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	2 098,05	8 879,99
Donativos	45,20	40,00
Quotizações	1 829,43	946,29
Apoio pecuniário a carenciados	4 036,00	3 101,00
Apoio em espécie	1 141,95	830,64
Outros não especificados	3 643,21	3 446,14
Juros de mora e compensatórios	-	7,05
Total	15 922,26	22 562,60

14.6. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

JSC
LB
25
LCS

A

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção em 1 de março de 2023.

O Contabilista Certificado



A Direção



Roberto Santos

Ju' Santos

Responsável

